

**A COMPLEXIDADE E OS DESAFIOS DOS ESPAÇOS URBANOS NAS
CIDADES MÉDIAS DE PEQUENO PORTE: O CASO DE JACOBINA-BA**

Joseane Gomes de Araújo

Mestranda da Universidade Federal da Bahia

jgajujuba@yahoo.com.br

Gisele Mara Hadlich

Professora do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia –

IGEO/UFBA

gisele@ufba.br

Feira de Santana-BA

2012

RESUMO Este artigo apresenta uma discussão sobre a complexidade e os desafios dos espaços urbanos a partir do crescimento acelerado da população, destacando a dinâmica do espaço urbano das cidades médias, mais precisamente, da cidade de Jacobina-Ba. Para a realização desta investigação foram realizadas visitas a campo e entrevistas com moradores e coordenação da Secretaria do Bem Estar Social do município. Neste trabalho são destacados os aspectos relacionados às políticas públicas habitacionais destinadas à reestruturação do espaço urbano da cidade, bem como a complexidade da aplicação destas políticas que visam atender e apaziguar os conflitos da população que habitam áreas que estão ambientalmente degradadas e/ou em situações de risco.

1. INTRODUÇÃO

O caminho do conhecimento é repleto de controvérsias, no âmbito do pensamento geográfico, as contradições são reveladas nas mais diversas subáreas e em espaços com dimensões escalares diferenciadas e é nesse contexto que o espaço urbano se apresenta como um produto perplexo, carregado de ideologias, necessidades e desejos particulares que constantemente segue novas lógicas de articulação.

Ao longo dos últimos anos, o Brasil apresentou mudanças profundas no desenvolvimento do espaço urbano, influenciadas pelo crescimento acelerado, acompanhado de um crescimento significativo das carências de infraestrutura e da degradação ambiental, paralelo a esse crescimento surge uma infinidade de moradias com condições precárias nas cidades. Estas mudanças podem ser apontadas como as principais propulsoras das políticas habitacionais a partir das ações governamentais a fim de apaziguar os conflitos gerados pela população que vive em locais considerados impróprios.

Porém, os princípios das políticas habitacionais nem sempre foram claros. Estas políticas destinadas aos problemas da habitação não conseguiram diminuir a exclusão social, pelo contrário, foram utilizadas para satisfazer os interesses de pessoas que visavam aproveitar determinadas áreas para as mais diversas finalidades. Como traz Pequeno (2009, p. 205):

As primeiras ações dos governos ante o processo de favelização foram marcadas pelo princípio da remoção seletiva, dando-se preferência para as favelas que ocupavam territórios privados, que viriam a ser alvo de futuros investimentos, assim como outras, marginais às vias arteriais estruturantes do crescimento das cidades. Por vezes, o discurso sanitarista e de combate ao risco ambiental foi utilizado no sentido de promover remoções em larga escala. Nesta fase, as práticas de remoção associadas ao reassentamento em conjuntos distantes, findavam por promover a periferização da favela, visto que a infraestrutura nem sempre chegava e a propriedade do imóvel nem sempre se concretizava.

O espaço urbano apresenta uma complexidade crescente, na medida em que aumenta o fluxo de pessoas que disputam por determinados lugares para a sua reprodução, e a partir desta dinâmica envolve uma série de dimensões e instituições. Nesse sentido, as áreas urbanas construídas para atender as necessidades/demandas da população apresentam alguns aspectos que chamam a atenção para muitos pesquisadores.

O espaço urbano tornou-se a principal base para a compreensão do movimento e o trabalho com o espaço geográfico. Assim, o espaço urbano indica uma complexidade que corresponde ao efeito conjunto dos processos e das formas de trabalho da população que apresentam interesses distintos ao longo do tempo.

Em geral, pode-se afirmar que o crescimento da população brasileira vem dando sinais significativos de aceleração desde a década de 1970, quando a população urbana supera a rural, fato este que tem contribuído para o sacrifício da qualidade de vida dos moradores das cidades brasileiras, pois o ritmo do crescimento das cidades não se dá do mesmo jeito, no desenvolvimento de recursos indispensáveis a qualidade de vida das pessoas, como moradias, saneamento básico e oferta de serviços necessários à sobrevivência humana. O que se vê, é que os maiores investimentos nos serviços nas áreas urbanas das cidades médias de pequeno porte, também ocorrem mais espacialmente nas proximidades com os centros, onde mora a população que possui maiores influências e que chegam a controlar os movimentos sociais.

O distanciamento da população com menos recursos daquela que possui maiores recursos, são perceptíveis à medida que se observa a configuração dos lugares onde vivem. Esta é uma questão preocupante, pois à medida que as cidades pequenas e médias crescem, aumenta também o número de pessoas que vivem em condições sub-humanas, ou seja, não possui o acesso aos serviços básicos que a cidade oferece: educação, saúde, moradia, emprego, lazer saneamento básico.

A ausência destes serviços agrava a vida das populações e tem contribuído para o crescimento da miséria e da violência tornando a cidade pequena e média um espaço repleto de conflitos e contradições. Uma ação que ocorre constantemente nas cidades, é a ocupação de áreas consideradas impróprias para a construção de casas e essas escolhas acabam colocando em risco milhares de vidas, que, sem condições de fazer escolhas para construção de suas casas, invadem áreas, ou conseguem por preços mais acessíveis a fim de possuir um lugar para viver.

Assim, a cidade pequena e média torna-se também um mosaico de partes bem diferenciadas, de um lado tem um espaço de opulência e poder e de outro, um espaço de pobreza e miséria.

Por isso Soares (2009) destaca que é importante desenvolver estudos mais aprofundados sobre as pequenas e médias cidades, pois elas precisam de melhor atenção, a partir de uma visão diferenciada que não deixe apenas que os dados estatísticos fornecidos pelos órgãos oficiais falem por si, mas que sejam indagados a partir de uma visão geográfica dessas localidades.

Como destaca Carlos (2008, p. 17), na realidade, as questões relacionadas às complexidades do espaço urbano “emergem, de nossa prática, do nosso cotidiano, de nossos valores e crenças, e, porque não, de nossas utopias”, ou seja, da multiplicidade de pensamentos e olhares.

Nessa perspectiva é preciso considerar que o homem é um ator importante na organização do espaço urbano, já que no processo de produção dos instrumentos de que precisam para sobreviver ou para gerar lucros, realizam mudanças significativas que interferem diretamente na vida do ser cidadão. Essas mudanças, geralmente, são

favoráveis aos donos dos meios de produção, enquanto parte significativa da população é gravemente afetada pela sua própria realidade humana.

2. DESENVOLVIMENTO

Para entender o quadro de mudanças nas cidades pequenas e médias brasileiras é fundamental investigar a situação dos dados censitários organizados para estudos específicos que vão desde a caracterização da precariedade das moradias das pessoas até o quadro institucional das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento urbano e habitacional dos municípios brasileiros.

Para compreender esta temática, pode-se tomar como recorte espacial a cidade de Jacobina (BA). Esta cidade apesar de possuir apenas 79.285 pessoas, e não fazer parte dos espaços metropolitanos e não apresentar uma diversidade de atividades econômicas que promovam transformações de grande representatividade, apresenta características relacionadas a polaridade na oferta de serviços educacionais e minerais. Porém há de se ressaltar que esta cidade já apresentou maiores influências sobre os municípios situados nas proximidades, exercia papel importante na prestação de serviços como, saúde, educação e indústria, porém nos últimos anos vem perdendo espaço para cidades menores como Senhor do Bonfim e Irecê. Sua estrutura atual corresponde a um processo histórico marcado, principalmente, pela atividade mineradora que incentivou o fluxo migratório do campo para a cidade promovendo assim, a ocupação de alguns bairros como o Leader, Grotinha, Serrinha na busca desenfreada pelo ouro. Hoje, cerca de 55.887 pessoas vivem na área urbana de Jacobina.

Em entrevistas com os moradores no período de janeiro a julho de 2012, nota-se que a situação destes bairros torna-se preocupantes, principalmente do bairro da Grotinha, pois para sua formação as pessoas tiveram que ocupar áreas de nascentes, e/ou áreas mais frágeis onde os riachos corriam constantemente, por isso, é nos períodos de chuvas, que a população encara maior dificuldade para superar as perdas materiais, inclusive de suas próprias casas, ocasionadas pela invasão das fortes enxurradas.



Figura 1: Casas ao lado do leito de nascente no bairro da Grotinha

Em visita a campo e realização de entrevistas com os moradores ficou visível os problemas que os moradores da Grotinha enfrentam em épocas de chuvas. Todos os entrevistados que vivem no bairro afirmaram ter encarado dificuldades para conter a entrada de água e de rochas que descem junto às enxurradas do alto da serra e muitos deles afirmaram já terem suas casas destruídas.



Figura 2: Rochas que descem das serras no bairro da Grotinha

Com o passar dos anos a realidade do bairro da Grotinha, vem se acentuando, pois, aumenta o número de habitantes que insistem em “subir” as serras, não mais a procura do minério, mas pela proximidade com as áreas centrais da cidade e/ou pela facilidade em ocupar terreno sem precisar comprá-lo, pois muitas ruas que existem e que estão surgindo não apresentam as condições mínimas de infraestrutura, o riacho que passava pelo meio do bairro e desaguava no rio Itapicuru-mirim, hoje é local para acúmulo de lixo e proliferação de insetos, e com isso a população tenta se livrar dele a todo custo, exigindo que o poder municipal faça a canalização dos corpos d’água para que as ruas e avenidas continuem sendo construídas no fundo do vale.

A Secretaria do Bem Estar social do município em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia_CONDER vem desenvolvendo políticas voltadas para a restauração de casas que já foram degradadas pela chuva e com isso 190 casas estão sendo reforçadas para suportar as chuvas. Porém, o número de casas que se encontram em situação de risco ultrapassa esse valor disponível, e há muita insatisfação de moradores que não foram contemplados por esta ação política.

Um aspecto importante a ser destacado sobre esta política de desenvolvimento urbano é que segundo consta nos documentos da Associação dos moradores e foi confirmado pela representante legal do poder local (Coordenação da Secretaria do Bem Estar social), é que este projeto foi construído e aprovado desde 2008 e só começou as primeiras obras no início de 2012. Neste caso, pode-se notar que as políticas públicas direcionadas para a habitação, não acontecem de forma que possa atender as urgências da população, pois enquanto isso muitas pessoas que vivem naquelas áreas já passaram noites acordadas pelo medo de verem suas casas e até suas vidas serem carregadas pelas enxurradas.

Existem muitas influências políticas locais e como aponta a maioria dos moradores do bairro, os representantes políticos só se colocam a disposição para aplicar os recursos em períodos próximos às eleições a fim de se promoverem a partir de obras eleitoreiras, que na verdade, estas verbas foram conquistadas pelas inúmeras reivindicações da população local.

Nesse sentido, o lugar que poderia servir de abrigo da chuva, do sol e de diversos fatores externos ao homem, torna-se o lugar do medo, pavor e angústia. É

necessário investir na melhoria das condições de acesso à moradia sem restrição dos programas habitacionais, os riscos poderão ser amenizados. No entanto, há pouco interesse na aplicação nas obras que atendem o interesse de uma maioria que não tem acesso à engenharia para construir suas casas com um mínimo de segurança.

Outro fator importante deve ser analisado é a idéia já discutida por Pequeno (2009) em que se devem estabelecer diretrizes, elaborar procedimentos, para definir as infraestruturas mínimas a serem implementadas antes da comercialização dos terrenos para evitar que novos casos sejam gerados e o problema nunca venha a ser superado.

A implementação das diretrizes dos planos diretores dos municípios pode ser uma alternativa viável, no sentido de promover a aplicação de alguns instrumentos normativos da política urbana, que visam a regularização fundiária e o combate à especulação imobiliária.

Como afirma Silva (2003) o Plano Diretor além de ser um instrumento de gestão territorial urbana, é também instrumento indispensável para a gestão ambiental urbana, principalmente, pela ausência de políticas ambientais que dispõe sobre a importância da relação das cidades e a natureza nos municípios brasileiros.

Para Henrique (2009, p. 118):

A natureza se insere na cidade através dos jardins e praças, lugares para reis e nobres, para a aristocracia e burguesia. Só recentemente a população urbana se encontrará com a natureza na cidade através dos jardins e parques públicos, mas ainda, pouco acessíveis para todos. A disposição destes jardins e parques públicos no espaço intra-urbano atende as lógicas da especulação imobiliária e da renda. Mesmo cidades brasileiras com áreas verdes consideráveis apresentam uma concentração destas áreas nos bairros nobres. Na maioria dos bairros da periferia social e de ocupação popular, altamente adensados, são inexistentes áreas públicas verdes e de lazer.

A partir desse enfoque, pode-se afirmar que o espaço urbano está dentro das dinâmicas e dos processos naturais e sociais. Spósito (2003, p. 295) relata que o ambiental torna-se o resultado da interação entre o natural e o social e precisa ser visto a

partir da dimensão temporal. E, os problemas urbanos são gerados pelo descompasso entre o tempo da natureza e o tempo da sociedade.

A autora acima destaca que a cisão entre o natural e urbano é bastante perceptível no mundo contemporâneo. “Sendo a cidade, uma das expressões materiais mais contundentes da capacidade social de se apropriar da natureza e transformá-la, ela é vista como contraponto da própria cidade, ou seja, a cidade é considerada, por excelência, a não-natureza” (2003, p 297).

As políticas públicas urbanas aparecem neste contexto, como uma das grandes aliadas no sentido de amenizar as dificuldades enfrentadas pelas cidades, inclusive no que diz respeito às questões relacionadas à natureza e a sociedade, mas, na prática, quase sempre isso não acontece como afirma Santos (2003, p. 192): “Ações isoladas podem parecer inofensivas, mas, quando consideradas no seu conjunto, deixam claras as consequências perniciosas que envolvem”.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grandes projetos que envolvem enormes somas de capital são criados para a superação dos problemas urbanos, mas a forma como as aplicações das verbas são efetivadas, em que o envolvimento da sociedade civil é muito restrito, acabam por desencaminhar os critérios estabelecidos previamente, ou seja, questões importantes relacionadas à própria população, às atividades que se desenvolvem em determinadas áreas e a localização das mesmas, não são respeitadas. Isso acontece, principalmente pela possibilidade de desencaminhar investimentos necessários para outras atividades urbanas, que não servirão para atingir o objetivo que as originaram.

Nesse sentido Santos (2003, p. 193) esclarece que “Através da ação sobre as formas, tanto novas como renovadas, o planejamento urbano constitui muitas vezes meramente uma fachada científica para operações capitalistas”. Cabe ressaltar que estas operações capitalistas são encaminhadas para a substituição de formas antigas para as

formas modernas e até para a melhoria da estética de bairros privilegiados, ou seja, locais que vão atender interesses particulares de uma minoria.

E assim, os reflexos destas práticas excludentes nas cidades médias de pequeno porte acabam marcando profundamente a vida social da população mais carente. Nesse sentido, por mais que o planejamento seja revolucionário, um dos processos resultantes é o da intensificação das desigualdades sociais. Esta é uma das vertentes para pensar as cidades médias a fim de superar os desafios existentes, oferecendo novas possibilidades para construir e utilizar o espaço urbano a partir do fortalecimento das políticas públicas mais sensíveis às necessidades da população.

REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re) Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 2008.

HENRIQUE, Wendel. **O Direito a Natureza na Cidade**. Salvador: Edufba, 2009.

LOPES, Diva Maria Ferlin, HENRIQUE, Wendel.(orgs.) **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Série Estudos e Pesquisas, Salvador: SEI, 2010. Disponível em:<http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/cidades%20m%C3%A9dias%20e%20pequenas%20teorias,%20conceitos%20e%20estudos%20de%20caso.pdf>. Acesso em 12 de mai. de 2012.

PEQUENO, Luis Renato Bezerra. Favelização e Desigualdades Socioespaciais nas Cidades Médias Brasileiras: mudanças e Tendências nas Políticas Habitacionais. In: SANFELIU, C B. & SPOSITO, M. E B. (Eds.) **Las Ciudades Medias o Intermédias em um Mundo globalizado**. Lleida: Ediciones de La Universitat de Lleida, 2009. Cap. II, p. 202-209.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial**. São Paulo: Edusp, 2003.

SILVA, José Borzacchiello da. Estatuto da Cidade versus Estatuto da Cidade_eis a questão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Orgs).

Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: contexto, 2003. Cap. 1, p. 29-34.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Os desafios da reflexão sobre as cidades médias e pequenas.** Geografia em Atos, n. 9, v.2. UNESP, Presidente Prudente, 2009. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/267/juradon9v2>. Acesso em 14 de mai. de 2012.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. O embate entre as questões ambientais e sociais no urbano. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Orgs.) **Dilemas Urbanos:** novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: contexto, 2003. Cap. 6, p. 295-298.